



ATA DA 190ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2021.

Data : 09/04/2021
Horário : 09h30min
Local : Plataforma ZOOM, com o link:

ID da reunião: 836 8838 2546

Senha de acesso: 157486

<https://us02web.zoom.us/j/83688382546?pwd=c1lpVIUyQ3NYcU5Eb1Xb0pTMmZ1dz09>

1 Às nove horas e trinta minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e um, por meio da
2 Plataforma ZOOM de videoconferências, que foi acessada no link acima, reuniu-se o Plenário
3 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), com a presença virtual dos membros
4 representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: Luciano Buligon (SDE)T,
5 Anderson Chaves de Cordeiro (SDE), Leonardo Schorcht Bracony Porto Ferreira (SDE), Hilário
6 Gottselig (SAR), Tiago Mito (SAR), Ricardo Braz (SED), Cleusa Petrovcic (SED), Diego
7 Schulter Vieceli (SEF), Jessica Oneda da Silva (SIE), Tamara Atanázio (CC), Daniel Vinicius
8 Neto (IMA), Sheila Maria Martins Orben Meirelles (IMA), Alessandra de Freitas (CPMA), Gabriel
9 Pedroza Bezerra Ribeiro (PGE), Virgínia Grace Barros (UDESC), Juliane Garcia Knapik Justen
10 (EPAGRI), Cristiana Mondardo (CASAN), Marcelo Seleme Matias (CASAN), Jefferson de Souza
11 (CBMSC), Diogo Macedo de Freitas (ANM/SC), Glauco José Côrte Filho (IBAMA), Daniel
12 Caetano Oller (IBAMA), Carolina Medeiros Bahia (UFSC), Alexandre Bach Trevisan (ABES),
13 Mariana Moller de Limas (ABES), Elisandro Ricardo Drechsler Santos (ACAPRENA), Felipe
14 Bittencourt (ACAPRENA), Mauro Murara Júnior (ACR), Sandra Regina Batista (ANAMMA),
15 Schirlene Chegatti (ANAMMA), Fernanda Maria Felix Vanhoni (CREA/SC), Odilon Gaspar
16 Amado Júnior (CRQ-XIII), José Mário Gomes Ribeiro (FACISC), Guilherme Dallacosta
17 (FACISC), Maicon dos Reis Soares (FAESC), Alexandre Martins da Silva (FECAM), Luiz Sartor
18 (FETAESC), Samuel Becker (FIESC), Leana Paula Bernardi (IAR), Leonardo Papp (OAB/SC),
19 José Almerly Padilha (OCESC), Lauro Eduardo Bacca (RPPN Catarinense), Ciro Carlos Mello
20 Couto (RPPN Catarinense), Mário César Gesser (SEBRAE/SC) e Marta Valéria Guimarães
21 Hoffman (UNESC). Assessorando a presidência da reunião a Secretária Executiva do
22 CONSEMA, Deyse Cristina Locatelli, e a servidora Nazareth Zuquello. Além dos Conselheiros,
23 encontraram-se presentes: Alexandre Christian Vibrans, Tania Muller (IMA), Elvis Justen
Pamplona, José Francisco Mora (CONDER), Monica Foltran (SDE), Samuel de Araújo Vicente
(CPMA), Ana Letícia Aquino (DBIC/SEMA/SDE), Jefferson (SEMA/DBICA), Cinthia Giler
Gomez, Adriana Phillipi Luz (IMA), Cristiane Casini Bittencourt (SDE), Helena LM (IMA), Maria
Rosa Sé (CTAFLO/CONSEMA), Marina Fávaro. A lista de presença virtual segue anexa a esta
ata. A presente ata foi lavrada tendo como base o vídeo que contém a gravação integral da
reunião realizada no aplicativo ZOOM, que pode ser acessado no Google Drive, por meio do
link em epígrafe. **Item 1.** Instalação dos trabalhos. **Item 2.1.** Aprovação da Ata da 189ª Reunião

Ordinária do Plenário de Março/2021. Aprovada por unanimidade de votos, com abstenção da Conselheira Sra. Mariana C. Hennemann (CRBio). O Conselheiro Lauro Bacca (RPPN-Cat.) solicitou que apenas constasse sua fala resumida nos assuntos gerais. (Minutagem 00:40:20 a 00:42:40). **Item 3.1.** Apresentação “Perspectivas do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina”, pelo Sr. Alexander Christian Vibrans, Professor do curso de Engenharia Florestal da FURB e Coordenador do IFFSC. Os Conselheiros Srs. Lauro Bacca (RPPN Catarinense), Mauro Murara Jr. (ACR), Mariana Hennemann (CRBio), Virgínia Barros (UDESC), Elisandro Ricardo Drechsler-Santos (ACAPRENA), Leonardo Ferreira (SEMA/SDE), José Magri (FIESC), Tiago Mioto (SAR), bem como o Presidente Sr. Daniel (IMA) expuseram seus comentários e questionamentos acerca do tema (Minutagem: 00:43:10 a 01:39:10). **Item 3.2.** Apresentação das entidades: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), pelo Conselheiro Sr. José Almey Padilha e Instituto Ambientes em Rede (IAR) pela Conselheira Sra. Leana Paula Bernardi (Minutagem: 01:39:40 a 01:53:45). **Item 3.3.** Manifestação do CRQ-XIII acerca das atribuições de profissional bacharel em Gestão Ambiental, que integra o quadro de profissionais técnicos do Consórcio Intermunicipal Quiriri, para o exercício do licenciamento e fiscalização ambiental. A demanda foi discutida na última reunião do Plenário, quando por maioria, foi deliberado pelo encaminhamento de ofício ao CRQ para manifestação quanto às atribuições de bacharel em Gestão Ambiental junto ao Conselho. O Conselheiro Sr. Odilon (CRQ-XIII) expôs a posição do CRQ, oficializada por meio do Ofício CRQ-XIII nº 000620/2021. A Conselheira Sra. Fernanda Vanhoni (CREA/SC) solicitou a inclusão em ata do parecer do procurador jurídico do CREA, que segue na íntegra: *No que tange a informação do CRQ ao CONSEMA, sobre a atividade do tecnólogo em gestão ambiental cumpre registrar o que segue: Em que pese o entendimento daquele regional acerca da obrigatoriedade do tecnólogo em gestão ambiental ser registrado no CRQ, vale ressaltar que se trata de afronta direta a decisão judicial transitada em julgado proferida na ação 2004.72.00.010049-3, que impôs ao CRQ a obrigação de não fazer, consistente em se abster de exigir registro de profissional e/ou empresa já registrado no Crea. O registro de profissionais e empresas da química (e, em alguns casos, da engenharia química) no Conselho Regional de Química - CRQ foi regulamentado pelos arts. 335 e 341 da CLT, pelos arts. 27 e 28 da Lei nº 2.800/56, pelo Decreto nº 85.877/81, bem como pela Lei nº 6.839/80. Já o registro dos tecnólogos em gestão ambiental, por ser derivação direta e específica dos cursos de engenharia ambiental, engenharia sanitária e ambiental e engenharia sanitária, é no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, regulamentado pela Lei 5.194/66, em especial os arts. 1º, 2º, 7º, 55, 56, 57 e 58, bem como, respectivamente, pelas Resoluções nºs 218/73 e 313/86 do CONFEA. De fato, o art. 335 da CLT dispõe sobre as atividades dos químicos: Art. 335 - É obrigatória a admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria: a) de fabricação de produtos químicos; b) que mantenham laboratório de controle químico; c) de fabricação de produtos industriais que são obtidos por meio de reações químicas dirigidas, tais como cimento, açúcar e álcool, vidro, curtume, massas plásticas artificiais, explosivos, derivados de carvão ou de petróleo, refinação de óleos vegetais ou minerais, sabão, celulose e derivados. Não se aplica o disposto neste artigo aos tecnólogos em gestão ambiental, tendo em vista que as suas atividades têm relação com a administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais etc, que, por certo, são atividades da área da engenharia, mas que, naturalmente, podem utilizar alguns conhecimentos de química como também de física, cálculo, biologia e outras ciências básicas. Já o art. 341 da CLT determina: Art. 341 - Cabe aos químicos habilitados, conforme estabelece o art. 325, alínea a e b, a execução de todos os serviços que, não especificados no presente regulamento, exijam por sua natureza o conhecimento de química. Assim, não é possível, portanto, enquadrar os tecnólogos em gestão ambiental nas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes aos químicos, pois as referidas profissões são absolutamente distintas. O Decreto 85.877/81, que regulamentou a profissão de químico, dispõe em seu art. 2º: Art. 2º - São privativas do químico: I – análises químicas ou físico-químicas, quando referentes à indústria química; II - produção, fabricação e comercialização sob controle e responsabilidade de produtos químicos, produtos industriais obtidos por*

60 meio de reações químicas controladas ou de operações unitárias, produtos obtidos através de agentes
61 físico-químicos ou biológicos, produtos industriais derivados de matéria-prima de origem animal, vegetal,
62 ou mineral, e tratamento de resíduos resultantes da utilização destas matérias-primas sempre que
63 vinculadas à indústria química; III - tratamento, em que se empreguem reações químicas controladas e
64 operações unitárias, de águas para fins potáveis, industriais ou para piscinas públicas e coletivas, esgoto
65 sanitário e de rejeitos urbanos e industriais; IV - o exercício das atividades abaixo discriminadas, quando
66 exercidas em firmas ou entidades públicas e privadas, respeitado o disposto no art. 6º; a) análises
67 químicas e físico-químicas; b) padronização e controle de qualidade, tratamento prévio de matéria-prima,
68 fabricação e tratamento de produtos industriais; c) tratamento químico, para fins de conservação,
69 melhoria ou acabamento de produtos naturais ou industriais; d) mistura, ou adição recíproca,
70 acondicionamento embalagem e reembalagem de produtos químicos e seus derivados, cuja manipulação
71 requeira conhecimentos de Química; e) comercialização e estocagem de produtos tóxicos, corrosivos,
72 inflamáveis ou explosivos, ressalvados os casos de venda a varejo; f) assessoramento técnico na
73 industrialização, comercialização e emprego de matérias primas e de produtos de indústria química; g)
74 pesquisa, estudo, planejamento, perícia, consultoria e apresentação de pareceres técnicos na área de
75 Química; V – exercício, nas indústrias, das atividades mencionadas no art. 335 da Consolidação das Leis
76 do Trabalho; VI - desempenho de outros serviços e funções, não especificados no presente Decreto, que
77 se situem no domínio de sua capacitação técnico-científica; VII - magistério superior das matérias
78 privativas constantes do currículo próprio dos cursos de formação de profissionais de Química, obedecida
79 a legislação do ensino. Da mesma forma, da leitura do referido Decreto não se depreende qualquer
80 atividade que guarde qualquer relação direta com as engenharias sanitária e/ou ambiental e/ou com os
81 tecnólogos em gestão ambiental, apenas com a química, ou, eventualmente, em casos especiais, com a
82 engenharia química. Assim, em que pesem as disposições da Resolução 259/2015 do CFQ, ela não é
83 meio hábil a inovar no mundo jurídico em detrimento de Lei ou Decreto. Por fim, cabe ressaltar que a
84 decisão transitada em julgado mencionada no início não é a única. No decorrer desses anos todos,
85 diversas outras ações foram intentadas, seja por profissionais ou empresas, e tiveram o mesmo fim, com
86 o Poder Judiciário confirmando e reafirmando o que fora decidido naquela, ou seja o CRQ não tem
87 legitimidade para exigir registro de profissionais afetos às atividades privativas da engenharia ou
88 agronomia. Eram essas as considerações. Esperamos ter auxiliado na elucidação da dúvida e colocamo-
89 nos à disposição para sanar outras que porventura possam necessitar de esclarecimentos. Adriano
90 Chaves - Procurador Jurídico CREA/SC; OAB/SC 18.898; Mat. 537. Sobre o tema, tiveram a palavra
91 os Conselheiros Sr. Guilherme Dallacosta (FACISC) e Sr. Leonardo Papp (OAB/SC). Aberta a
votação, restou aprovada, por unanimidade de votos, a tese de que a profissional em tela
(Tecnóloga em Gestão Ambiental) possui atribuições para integrar o Quadro Técnico Municipal
Habilitado do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO QUIRIRI, com fulcro no inciso IX do art. 1º
da Resolução CONSEMA nº 117/2017, desde que esteja devidamente registrada e regularizada
no Conselho Regional de Química (CRQ). (Minutagem: 01:54:00 a 02:19:50). **Item 4.1.** Ofício
oriundo da Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil – DIAL-CC que solicita
manifestação a respeito do Projeto de Lei nº 0003.4/2021, que “Dispõe sobre o ambiente
regulatório de produtos e serviços experimentais”, oriundo da Comissão de Constituição e
Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). A Secretaria
Executiva informou que a demanda será encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
(CTAJ) do CONSEMA para análise e eventual manifestação. (Minutagem 02:20:00 a 02:21:45).
Esgotada a pauta, o Presidente da sessão declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta
minutos.

Luciano Buligon – Presidente

Daniel Vinicius Netto – 1º Vice-Presidente

Fernanda Maria Félix Vanhoni – 2ª Vice-Presidente

Florianópolis, 9 de abril de 2021.